

Universidade e educação básica em rede de colaboração: um projeto de intervenção formativa no campo da Educação em Direitos Humanos (EDH)

University and basic education in a collaborative network: a training intervention project in the field of Human Rights Education

Valéria Maria Rodrigues¹

RESUMO

O presente relato demonstra o caminhar que vem sendo percorrido durante o desenvolvimento de um projeto de intervenção numa escola de educação básica da rede pública de Uberlândia/MG. Com ações em colaboração e vinculação à Rede Cooperativa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Escolas de Educação Básica (Recepe), da Universidade de Uberaba (Uniube), visa contribuir com a formação continuada de educadores/as, no entendimento que esse cotidiano escolar específico se apresenta como um dos espaços inerentes à produção e partilha de conhecimentos e experiências. A partir desse cenário e do estímulo à investigação do próprio olhar acerca de suas práticas, tem por referência as temáticas vinculadas à Educação em Direitos Humanos (EDH) nas suas diversidades, destacando os momentos de conexão e interação até então oportunizados, sob os registros, problematizações e uma prévia análise das experiências compartilhadas com parte do seu corpo gestor e docente. Como suporte metodológico, sustenta-se nas epistemes da educação popular e da extensão popular ao processo formativo objetivado. Por meio das rodas dialogadas, este projeto de extensão vem incentivando seus/suas participantes à reflexão crítica de suas trajetórias e práticas, instigando-os ao ensaio de compreendê-las e analisá-las conjuntamente, sob a possibilidade de questioná-las, confrontá-las, avaliá-las e, até mesmo, ressignificá-las.

Palavras-chave: Educação básica. Formação continuada de professores. Educação em Direitos Humanos (EDH). Educação popular. Extensão popular.

ABSTRACT

This report presents the progress made during the development of an intervention project at a public primary education school in Uberlândia, state of Minas Gerais, Brazil. Through collaborative activities and partnerships with the Cooperative Network for Teaching, Research, and Outreach in Basic Education Schools (Recepe) at the University of Uberaba (Uniube), the project aims to contribute to the ongoing training of educators. This approach recognizes that the daily routine of the school is an integral part of the creation and exchange of knowledge and experiences. Based on this scenario and the incentive to reflect on one's own practices, the project is centered on themes related to Human Rights Education, emphasizing the connections and interactions that have been established thus far. This is evident in the documentation, reflections, and preliminary analysis of experiences shared with some of the school's management and teaching staff. The project is based on the epistemes of popular education and

¹ Doutoranda em Educação na Universidade de Uberaba, Minas Gerais, Brasil; servidora técnico-administrativa na Universidade Federal de Uberlândia, Minas Gerais, Brasil; compõe a coordenação editorial dos periódicos "Em Extensão" e "Revista de Educação Popular" / Doctoral student in Education, University of Uberaba, State of Minas Gerais, Brazil; technical-administrative staff member at the Federal University of Uberlândia, State of Minas Gerais, Brazil; part of the editorial coordination of the journals 'Em Extensão' and 'Revista de Educação Popular' (valeria.rodrigues@ufu.br).

popular extension to support the training process. Through dialogue circles, this outreach project encourages its participants to reflect critically on their own trajectories and practices, and to analyze them together. This process allows them to question, confront, evaluate, and resignify their own practices.

Keywords: Basic education. Continuing training for teachers. Human Rights Education. Popular education. Popular outreach.

APRESENTANDO O ENREDO

Ao longo do percurso da trajetória histórica da educação tradicional brasileira e, por conseguinte, da formação de professores/as, as discussões sobre “educação”, “escola” e “processo formativo” sempre estiveram em evidência, sob fortes influências dos cenários políticos e dos interesses econômicos de cada época, reverberando seu caráter dualista, seletivo e excludente, o qual permanece até a atualidade.

Nos primórdios do período colonial, a educação brasileira era tida como um mecanismo para civilizar e catequizar os povos originários, sob doutrinação religiosa e à semelhança da cultura europeia, que logo adiante serviu de facilitadora para dominação do seu povo e da terra, bem como para a exploração das riquezas naturais. No entanto, na época do Brasil Império, avançou-se no propósito de uma educação descentralizada, sendo a instrução popular destinada apenas a uma parcela da população, com interesse pela manutenção da exploração da mão de obra escrava e sob responsabilidade das províncias; a educação superior, nesse contexto, era voltada apenas para as elites, sob gestão da União. Nesses dois períodos, a formação docente foi marcada pelo preparo prático, sem nenhuma preocupação com a fundamentação teórica e pedagógica.

Adiante, no cenário educacional nos períodos das repúblicas, o elemento escola foi muito requisitado. Além disso, a necessidade de formação profissional docente se tornou cada vez mais necessária, pelo progresso da urbanização, modernização e industrialização das cidades que estavam em plena intensificação. Contudo, devido à interferência das ideias positivistas à época, esse período demarca a formação de professores/as com atenção à escolarização, preconizando o enriquecimento dos conteúdos curriculares e voltados ao cabedal científico, caminhando para a consolidação de modelos pedagógico-didáticos, mas reforçando a perspectiva tecnicista.

No cenário da República Populista, especificamente na redemocratização do país, objetivava-se o ensino mais operacional, com formações aligeiradas e esparsas, o que descaracterizava a questão formativa, com ênfase na formação secundária e na habilitação de

gestores escolares para o ensino dito na época como primário.

Em progresso ao avanço de uma educação que fosse alicerçada na autonomia e emancipação, as ideias de Paulo Freire chegam em enfrentamento à educação na perspectiva neoliberal, para a construção da pedagogia libertadora, conforme sustentado em suas obras (Freire, 1967, 1979). Nesse cenário, o propósito era trabalhar em prol da dialogicidade para a conscientização do sujeito enquanto ser cognoscente e protagonista de sua própria história de vida, preconizando a transformação pela educação para o engajamento político e para o enfrentamento aos problemas nacionais.

No entanto, com a instauração do período ditatorial civil-militar brasileiro, as políticas educacionais tiveram um retrocesso expressivo, o que culminou no privilégio, novamente, da formação tecnicista, com o objetivo de profissionalizar e preparar as pessoas para o mercado de trabalho. Com formações em massa e de curta duração, trouxe para a história da formação de professores/as no Brasil um quadro de precariedade e com formação deficiente. A política instaurada foi de um governo autoritário e nacionalista, que, por essa razão, deixou de cumprir com a missão de uma formação cidadã crítica.

Com a transição política do Brasil, a partir da sua redemocratização com a Nova República, a partir da década de 1980, as políticas institucionais educacionais e de formação de professores/as retomaram ao rumo do avanço à sustentação de movimentos pelos amplos debates, pelas mobilizações de educadores/as, pelo exercício da cidadania, pelo direito a uma educação de qualidade e humanizada. Isso, em reforço ao avanço da Pedagogia Progressista Libertadora de Paulo Freire (1996), na tentativa de ruptura com o pensamento tecnicista e pelas pedagogias contra hegemônicas.

A partir desse breve panorama, podemos perceber que as políticas educacionais, bem como a formação de professores/as e demais profissionais que atuam na educação brasileira, especificamente na educação básica, vêm caminhando permeadas e, muitas vezes, atravessadas por mudanças e consecutivas reformas, com alguns avanços e vários retrocessos, assim espelhados na história e nas legislações que amparam o sistema educacional brasileiro desde sua colonização, resultando na desvalorização da escola e de seus/suas profissionais, além de impactar diretamente os processos formativos.

Por serem assim, complexos e dinâmicos, os processos formativos de docentes e demais profissionais que atuam nas realidades dos cotidianos escolares da educação básica requerem cada vez mais de nós, pesquisadores/as e estudiosos/as, atenção constante e convites a intervenções, visto que demandam gradativamente mais processos pedagógicos intencionais e contínuos de formação para suas atuações e para os propósitos educativos que almejam

alcançar.

Com o compromisso de contribuirmos para o desenvolvimento da democratização de uma educação de qualidade e socialmente referenciada, especificamente na educação básica, para a superação das desigualdades e exclusão, bem como para o convívio harmônico nas relações do cotidiano escolar, pontuamos o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Esse documento ressalta a educação como um meio imprescindível na promoção dos direitos humanos, a partir da formação de agentes públicos e sociais que podem atuar nos espaços educacionais formais e não formais, abrangendo assim os sistemas de educação.

Dessa forma, processos formativos que elegem ações vinculadas à educação em direitos humanos têm o potencial de trabalhar temáticas de interesse nacional, cuja violação pode gerar profundas desigualdades sociais e acirrar os conflitos presentes no cotidiano escolar e na sociedade contemporânea como um todo. Assim, o processo educativo encontra-se em contexto privilegiado como um direito em si, indispensável às pessoas, à escola e necessário para a manutenção de uma cultura de paz e do próprio Estado Democrático de Direito.

Nessa perspectiva, a educação tem importância fundamental no processo da promoção dos direitos fundamentais, na medida em que pauta, direta ou transversalmente, temáticas relacionadas a grupos em situações de vulnerabilidade social. Para o Programa Mundial de Educação em Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (2012), a educação contribui para criar uma cultura universal dos direitos humanos; exercitar o respeito, a tolerância, a promoção e a valorização das diversidades (étnico-raciais, religiosas, culturais, geracionais, territoriais, físico-individuais, de gênero, de orientação sexual, de nacionalidade, de opção política, dentre outras) e a solidariedade entre povos e nações; e, por fim, assegurar a todas as pessoas o acesso à participação efetiva em uma sociedade livre.

Nessa direção, a Educação em Direitos Humanos (EDH) nas suas diversidades se apresenta como um dever do Estado e, além disso, compõe missão constitucional para que a cidadania, o acesso aos bens culturais e sociais, bem como a promoção da equidade e dos direitos sejam uma constante para toda a população e não apenas para grupos específicos privilegiados, o que reforça o seu caráter dual, seletivo e excludente. A defesa dos direitos humanos constitui-se em processo de manutenção da democracia e fortalecimento do regime democrático para dar sustentação às ações de promoção, proteção e defesa da população e de suas conquistas, com vistas a reparar muitas violações e combater exclusões.

Assim, considerando os sentidos e significados da escola que aspiramos (re)construir, conviver e pertencer, além de considerar a diversidade sócio-histórica e cultural do nosso país,

o intuito deste trabalho em desenvolvimento é imergir num cotidiano escolar específico para propor a escuta, a fala e a interação, por meio de diálogos capazes de provocar o alargamento de consciências e reflexões críticas em direção à importância da laicidade do Estado, da constituição de sujeitos democráticos e de direitos, da defesa por uma gestão democrática e deliberativa, por uma educação conscientizadora e libertária com vistas à emancipação, primando pelo respeito às diferenças e pelas diversidades.

Nesse contexto, o presente relato de experiência busca expor como vem sendo construído e desenvolvido um processo formativo que permeia as práticas educativas no ambiente de uma unidade escolar pública da educação básica, tendo por base de discussão e debate as temáticas relacionadas à EDH, com foco na formação para a transformação. Dessa forma, este projeto de extensão se estrutura e se desdobra no propósito de oferecer, no contexto escolar, um espaço para que professores/as e demais profissionais debatam acerca de temas sensíveis que se apresentam a partir das demandas e necessidades formativas desses/as educadores/as.

A concepção deste projeto de intervenção possibilitou-se a partir da participação de alguns/algumas docentes e de demais profissionais que atuam numa escola estadual da cidade de Uberlândia/MG, que atenderam ao chamamento de um curso de extensão, em nível de aperfeiçoamento, na modalidade à distância. Essa iniciativa, a qual a autora deste relato é parte integrante da coordenação colegiada, foi ofertada pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura (Proexc) da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), em parceria com a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (Secadi), do Ministério da Educação (MEC), durante o ano corrente de 2024. Numa ação extensionista direcionada à implementação de políticas públicas educacionais de formação continuada, com abordagem de temáticas específicas relacionadas à EDH e diversidades, este curso certificou 5.413 profissionais da educação básica da rede pública de todos os estados da federação, incluindo os/as participantes da escola escolhida para o desenvolvimento do projeto de intervenção.

OS PRINCÍPIOS, OS MEIOS E A SISTEMATIZAÇÃO

A escolha da escola e dos/as profissionais para o desenvolvimento do projeto ocorreu a partir da análise dos dados dos/as cursistas participantes do curso supramencionado. Destacou-se, nesse levantamento, a observação de que 11 desses/as profissionais atuam em uma mesma escola estadual, portanto, da rede pública, que oferta o ensino fundamental II, o ensino médio

regular e a Educação de Jovens e Adultos (EJA), situada na cidade de Uberlândia/MG. Entre esses/as profissionais, identificaram-se a diretora, o vice-diretor, a supervisora pedagógica, a psicóloga e mais sete professores/as. Essa análise suscitou o desejo de aproximação para o contato presencial, visando compreender, junto a esses/as participantes, os motivos que os/as levaram a buscar formação na área de educação em direitos humanos e diversidades, bem como os propósitos dessa escolha. Ademais, a opção pelo contato presencial se deu a partir do entendimento de que ele poderia contribuir para o estabelecimento de vínculos significativos, potencializando os momentos de interação por meio dos diálogos dos quais seriam convidados/as a participar.

A intencionalidade dos momentos de interação dialógica, aqui denominados “rodas dialogadas”, reside na expectativa de compreendermos como se dão as relações estabelecidas entre esses/as profissionais que trabalham juntos e que buscam, coletivamente, conhecimentos voltados às práticas educativas em educação em direitos humanos e diversidades. Busca-se, também, conhecer quais são seus anseios e expectativas em relação à realização desse curso, bem como verificar a possibilidade de construção e realização de momentos formativos conjuntos, em rede de colaboração, voltados à busca por caminhos possíveis de enfrentamento dos desafios presentes em seus saberes e fazeres no cotidiano escolar, dentro dessa área de atuação.

Como suporte e pressupostos teórico-metodológico, a iniciativa se desenvolve com subsídio das epistemes da educação popular e extensão popular, por meio da dialogicidade, tendo por foco a formação continuada de saberes/fazeres e práticas educativas com profissionais da educação básica da rede pública, com pretensão de impactar na melhoria da qualidade social da educação.

Para tanto, o trabalho possui caráter interventivo, objetivando que seja conectado ao contexto histórico, social e cultural da escola, com compromisso pelo reconhecimento e valorização das vivências, saberes e práticas, bem como pela participação ativa e colaborativa dos/as profissionais participantes. Isso corrobora o entendimento de Brandão e Assumpção (2009) sobre educar e educar-se, compreendidos como processos de criação com o outro, por meio de um diálogo motivado pela descoberta do conhecimento. Essa descoberta ocorre a partir da troca e do intercâmbio de ideias e saberes entre pessoas que carregam consigo experiências de vida, que podemos denominar como experiências de cultura.

Assim, é proposta a construção coletiva de conhecimentos que, muitas vezes, se solidifica a partir dos valores, das crenças, dos sentimentos, da busca pelo conhecimento, bem como a partir da capacidade da criticidade, permitindo ou não o alargamento e a comunicação

de cada consciência, umas com as outras. Para tanto, durante o desenvolvimento do projeto, esses/as educadores/as vêm se apresentando como agentes ativos/as de todo o processo, reconhecendo os diferentes saberes como matéria-prima para o processo de ensino-aprendizagem e com capacidade de provocar transformações significativas aos desafios postos.

Como instrumentais, estão sendo utilizados os diários de campo para registros da partilha de conhecimentos e experiências dos fazeres/saberes retratados pelos/as participantes, cujos instrumentos metodológicos são a escuta ativa, atenta e interessada das narrativas, oportunizando trocas de experiências por meio da realização de momentos de interação provocados pelas rodas dialogadas.

Quanto à previsão de realização do projeto, a intervenção iniciou-se em outubro de 2024. O cronograma vem sendo construído conjuntamente com os/as participantes durante os encontros, seguindo, portanto, um fluxo próprio de desenvolvimento, ajustado às condições de participação do grupo e à dinâmica estabelecida pela própria escola.

Contudo, conforme a metodologia escolhida, o caminhar se faz durante o caminho. Desse modo, por ser construído de forma colaborativa e solidária, reflete em necessárias revisões e reordenamentos das etapas propostas e de sua previsão de realização. Nesse cenário, isso se justifica pela negociação de espaços e tempos, bem como pela compreensão dos/as participantes e suas posições, condições de participação e opções.

Dessa forma, apresento adiante parte do desenvolvimento do projeto, na sua forma descritiva e do tipo relato de experiência. Nesse contexto, os momentos de interação e sua perspectiva de progresso foram contemplados, com vistas a anunciar vivências, posturas, condutas, saberes, valores e caminhos que podem ser empregados como recursos para interpretar e possibilitar transformações na realidade percebida no ambiente escolar onde está sendo realizado. Assim, fundamenta-se com base nas temáticas relacionadas à educação em direitos humanos e diversidades, cujas ações estão sendo desenvolvidas em colaboração e vinculação à Recepe/Uniube.

OS MOMENTOS DE INTERAÇÃO

Como primeiro movimento, a partir da escolha da escola e de seus/suas participantes, o ponto de partida da ação constituiu-se por meio de um convite feito à direção escolar, via e-mail. Nesse convite, a autora deste relato se apresentou como integrante da coordenação colegiada do referido curso de extensão ofertado pela UFU. Ademais, identificou-se como doutoranda em Educação pela Uniube e membro da Recepe, no propósito de atuar em rede

aberta para produzir e partilhar conhecimentos e experiências, vinculados à melhoria da qualidade social da educação básica pública do nosso país.

O intuito do convite justificou-se pela possibilidade de colaboração junto à escola, onde espaços de diálogo, reflexão, divulgação de experiências e cooperação seriam instigados, com foco na realidade dessa unidade escolar a partir das narrativas de educadores/as, gestores/as e demais profissionais que nela atuavam, entrelaçando, assim, ensino, pesquisa e extensão.

Em reforço ao convite, prontamente aceito, foi informada a sua motivação, destacando o interesse pelo contato baseado na grande participação de alguns/algumas profissionais dessa escola, com relação à realização do curso de aperfeiçoamento em Educação em Direitos Humanos e Diversidades (CDHD/UFU), constituindo os/as ocupantes dos cargos da diretoria, vice-diretoria, supervisão pedagógica, psicologia e docência.

Por conseguinte, alguns diálogos virtuais ocorreram com a supervisora pedagógica da instituição, demarcando o início de um modo de interação. Nesse contato, foi esclarecido que o interesse pela visita presencial estava relacionado à intenção de promover momentos que contribuíssem com as práticas educativas no cotidiano escolar, considerando suas demandas e necessidades. Essa iniciativa se configura como uma importante contribuição às ações desenvolvidas pelo Grupo de Pesquisa Formação Docente, Direito de Aprender e Práticas Pedagógicas – FORDAPP/CNPq.

O primeiro encontro presencial ocorreu após algumas tentativas que, devido à dificuldade em compatibilidade de agendas comuns, foi necessário que a direção da escola planejasse a viabilidade desse momento dentro do seu ordenamento de ações já previstas, readequando atividades da rotina escolar para momentos posteriores. Desse modo, é relevante destacar o esforço conjunto que tivemos para encontrar o melhor dia e horário que não compromettesse o dia a dia desse cotidiano escolar, consolidando-se, então, numa terça-feira a partir das 15h30min.

Antes de relatar o primeiro contato presencial agendado, aclararei algumas informações, na expectativa de possibilitar a melhor compreensão do cenário e contexto dessa unidade escolar. A instituição de ensino está situada em um bairro originado a partir de um conjunto habitacional, na periferia da cidade de Uberlândia/MG. Sua criação deu-se no início de 1980, funcionando por alguns anos em dois galpões da Companhia de Habitação Popular (Cohab). Posteriormente, se estabeleceu em instalações próprias, no padrão das escolas estaduais mineiras dessa época, a partir da construção de um novo prédio doado pelo município em 1986.

Portanto, a referida escola se originou e se consolidou sob os cenários políticos e educacionais brasileiros daquela época, num momento histórico/político que demarcava a

educação básica por um paradigma de racionalidade técnica, pelas políticas educacionais implantadas durante o período vigente da ditadura civil-militar, mas que, logo adiante, pode se consolidar em instalações próprias durante o período de transição de governo, com a redemocratização do país pela Nova República.

Retomando a experiência do momento de interação presencial na escola, discorrerei sobre seu acontecimento, bem como destacarei minhas impressões e percepções. Ao chegar à escola no dia e horário pactuados, no período vespertino e logo após o intervalo do recreio, antes mesmo de nos apresentarmos e nos cumprimentarmos, um ocorrido mudou o percurso planejado. Houve um acidente por parte de um estudante durante o recreio, necessitando-se de esforços conjuntos para o socorro acontecer, com a intervenção do corpo de bombeiros para atendimento. Após o momento conturbado, nos dirigimos à sala da supervisão pedagógica, onde algumas pessoas nos esperavam. Essa sala era bastante pequena, composta por algumas estações de trabalho. Naquele ambiente, encontravam-se a diretora, o vice-diretor, a supervisora pedagógica, duas professoras e um professor. Imediatamente, identificamos a falta de estrutura física e de espaço adequado para o diálogo inicial, pois alguns participantes precisaram ficar de pé durante todo o nosso encontro. O horário escolhido, mesmo que previamente planejado, pareceu impróprio, pois tivemos algumas interrupções de colegas de trabalho e de estudantes necessitando de atendimentos, interferindo durante nosso momento de interação presencial.

Dessa forma, nas condições supramencionadas, na dinâmica própria da rotina diária desse cotidiano escolar, foi possível iniciarmos o diálogo, havendo a participação de 6 profissionais presentes, dos 11 esperados. Nesse momento, utilizou-se a técnica da abordagem pela amorosidade, por meio da escuta sensível, atenta, interessada e paciente. Após nos apresentarmos e agradecermos a oportunidade do encontro presencial, reforçamos o que motivou o desejo de conexão e interação presencial, com imersão no cotidiano da escola, despertados/as pelo interesse de dialogarmos sobre a busca deles/as em participarem de um curso, em nível de aperfeiçoamento, nas temáticas relacionadas à educação em direitos humanos e diversidades.

Nesse contexto, é importante mencionar que a mediadora da intervenção em curso, a partir das condições estabelecidas até o momento, optou pela não utilização do instrumental de documentação do tipo diário de campo durante os momentos de interação, como havia sido proposto inicialmente. Sua argumentação sustentava-se por perceber que a construção de vínculos de confiança e de credibilidade entre os partícipes estava em progressão, além de que o registro por escrito dessa vivência, em tempo real, poderia constranger ou até mesmo inibir os diálogos que estavam sendo estabelecidos. Assim, utilizou-se apenas a observação e o

registro memorial da mediadora que, a partir das falas, dos depoimentos, das narrativas e das observações e impressões, procedeu imediatamente com anotações pertinentes para o registro escrito no instrumental.

Ao iniciar a roda dialogada, a palavra foi aberta e a expressão, livre, para quem desejasse se manifestar. Resumidamente, mas tentando expressar neste texto toda a intensidade daquele momento, conseguimos conversar sobre o que os afligia, com alguns relatos que revisitaram diversas questões. Assim, foram pontuadas as que se destacaram na discussão:

- Falta de tempo para dedicação às formações iniciais e continuadas;
- Obrigatoriedade de participação em vários tipos de formações ofertadas pelo governo estadual, mesmo sem o interesse direto deles;
- Sobreposições em assumir cargos de gestão e de docência. Consequentemente, a sobrecarga de trabalho impacta em seu desempenho profissional, em sua saúde e vida pessoal;
- Falta recorrente de professores/as para assumirem disciplinas básicas, como Língua Portuguesa, em decorrência de licenças diversas e ainda da ausência de interessados/as nas chamadas para contratação;
- Desvalorização salarial e de reconhecimentos de suas práticas;
- Necessidade de formações estendidas aos pais, responsáveis e familiares dos/das estudantes;
- Interesse em formações que abordem direitos humanos e diversidades, com destaque para temas como gênero e diversidade sexual, incluindo a discussão sobre banheiro neutro, o cuidado e o respeito ao outro; as dificuldades enfrentadas ao ministrar aulas cuja abordagem trate da religiosidade; e, por fim, as relações de convívio no cotidiano escolar, especificamente no que se refere à agressividade;
- Necessidade urgente de trabalhar a educação em direitos humanos e diversidades de forma articulada com a educação midiática, abordando temas como *fake news*, exposição negativa de professores/as nas redes sociais e o *cyberbullying*;
- Desejo de dar continuidade às formações em nível de especialização, mestrado e doutorado, destacando-se a falta de tempo e de condições para afastamento/licença. Relataram, ainda, as dificuldades em escrever e publicar textos científicos, o que compromete a qualificação do currículo *Lattes* e, consequentemente, suas chances em processos seletivos.

A partir dessa escuta e de trocas dialogadas, identificamos as demandas e necessidades mais prementes que se apresentaram expressas livremente pelos/as participantes. Ademais, pudemos ainda refletir sobre possíveis caminhos em resposta às situações de conflito vivenciadas no cotidiano escolar, as quais foram mais bem aclaradas a partir da participação deles/as no curso em EDH e Diversidades. Algumas dessas situações, tratadas durante os encontros, merecem ser destacadas neste relato.

A primeira situação na qual teço reflexões diz respeito às situações de conflitos, especialmente no contexto de pessoas transgêneras que não eram aceitas nos banheiros em que identificavam ser seu gênero. Nesse contexto, foi relatado que o uso dos banheiros feminino ou masculino, da forma como posto e aceito pela escola, culminava em conflitos de convivência. No entanto, a partir do curso realizado e das reflexões provocadas, a escola teve a oportunidade de compreender que naquele cotidiano escolar ocorria uma grave infração aos direitos dessas pessoas.

Desse modo, em um processo transformador possibilitado pela roda dialogada, vivenciamos o encontro de caminhos que permitiram buscar uma resolução para a questão apresentada. Nesse sentido, o banheiro destinado ao uso exclusivo de gestores/as da diretoria foi adotado como um banheiro neutro, direcionado a essas pessoas. Logo, evidenciou-se um processo formativo em curso, capaz de transformar e ressignificar uma prática até então consolidada no cotidiano escolar, a qual gerava violação de direitos de pessoas trans e fomentava conflitos nas relações interpessoais no ambiente escolar.

Adiante, a segunda situação refere-se à atuação de professores/as e gestores/as na forma de abordar e dialogar com estudantes que demonstram elevado grau de agressividade no convívio escolar. A partir da escuta e dos relatos oportunizados, vivenciamos algumas experiências a despeito dessas situações que se apresentam cotidianamente e que provocam abalo nas relações.

De modo geral, esse momento possibilitou que todos/as os/as participantes refletissem sobre as situações de agressividade que permeiam o ambiente escolar. A partir das reflexões surgidas e proporcionadas pelo curso, foram-se aclarando percepções que levaram à identificação de que determinada manifestação agressiva de um estudante era, na verdade, uma reação, e não uma ação agressiva originada por ele. Isso implicou na constatação de que, muitas vezes, certos tipos de reações de estudantes podem ser advindos de um contexto externo à escola, de negação e/ou violação de direitos desses/as adolescentes. A partir dessa compreensão, foi possível o entendimento da necessidade de mudança sobre como abordar e conduzir um diálogo capaz de transformar determinadas relações estabelecidas no ambiente

escolar. Em outras palavras, em como proporcionar o exercício da escuta atenta, interessada e paciente àqueles/as estudantes, pois seria um bom caminho para a compreensão e para intervenções que propiciem a mitigação, se não resolução, de alguns conflitos.

Em somatória, esse momento de interação permitiu ainda que propuséssemos, conjuntamente, uma ação interventiva, com respeito à possibilidade de continuidade da formação oportunizada pelo referido curso de aperfeiçoamento. A proposta visa à ampliação e ao aprofundamento dos estudos iniciados por eles/as, com base na educação em direitos humanos e diversidades, mas na perspectiva de conectá-la à educação midiática, abordando as *fake news*, a exposição negativa de professores/as nas redes sociais, o *cyberbullying*, entre outras questões por eles/as consideradas de extrema relevância e urgência.

Para mais, pactuamos a continuidade de outros momentos de escuta e de diálogos, para intensificarmos o exercício de reflexões provocadas intencionalmente sobre o fazer/saber desses/as profissionais e, consequentemente, das suas práticas cotidianas nesse microuniverso escolar, a partir de suas demandas.

AS PRÓXIMAS ETAPAS

Encerrando o relato dos momentos de interação, nos propusemos a pensar, coletivamente, na construção de uma segunda edição do curso de EDH e Diversidades, agora com foco na educação midiática, a ser realizada pela Proexc/UFU. Antecipo que a proposta foi prontamente aceita pela Secadi/MEC, que fomentará o recurso financeiro para sua execução, com início previsto para o dia 2 de junho de 2025.

Paralelamente a isso, importa discorrer sobre a estratégia de avaliação do projeto, a qual vem se consolidando de forma processual, gradual e contínua, a partir de momentos de interação proporcionados. Na próxima etapa, se aceita pelos/as participantes, refletirá em manifestações a serem apresentadas no formato de cartas pedagógicas. Isso intenta oportunizar a possibilidade de analisarmos e avaliarmos, conjuntamente, o caminho que vem sendo percorrido, permitindo, assim, a revisão de estratégias em um tempo-espço de registros que nos propiciará avaliar os aspectos fundamentais do processo educativo e formativo proposto.

A avaliação, por meio das narrativas das cartas pedagógicas, intenciona provocar a sistematização das experiências educativas dos/das docentes, contribuindo para a compreensão crítica das realidades vividas por esses/as profissionais. Busca-se fortalecer o coletivo na capacidade dos sujeitos escreverem, registrarem e refletirem criticamente sobre suas trajetórias, posicionamentos, ideias e práticas, o que pode conduzir à experimentação de analisá-las

conjuntamente sob a perspectiva de compreendê-las, questioná-las, confrontá-las e, até mesmo, ressignificá-las. Dessa forma, a avaliação ocorrerá também de maneira conjunta, colaborativa e solidária.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

A experiência proporcionada no projeto de extensão em desenvolvimento nos remete à condição de acreditarmos que estamos no caminho certo, especialmente com relação à seleção do tema, do objeto, dos objetivos, da metodologia e do método. Além disso, ampliando-se para a escolha do trabalho conjunto, colaborativo, compartilhado e solidário, em direção a contribuir com processos formativos de professores/as e demais profissionais atuantes nas escolas de educação básica da rede pública do Brasil, a partir de suas demandas, necessidades, aspirações e anseios.

Esse processo formativo interventivo, conectando universidade e educação básica, continuará ancorado na educação popular e na extensão popular, uma vez que permite o trabalho social sob uma abordagem pedagógica intencional e política, baseada na participação ativa de seus/suas participantes, imergindo na realidade e reconhecendo o contexto desse microuniverso escolar, respeitando sua cultura, seus valores, suas práticas, vivências e experiências. Além disso, acreditando que só será possível avançar em prol de um movimento de transição epistemológica se se seguir buscando uma nova perspectiva dos sentidos do saber e do fazer dos/das docentes e demais profissionais que nela atuam.

A educação aqui defendida busca a conscientização e se apresenta como uma prática libertária e emancipadora, ao ser contra-hegemônica e, portanto, ante-dominante, conforme sustentado por Freire (2021). Compreende a pessoa como sujeito de direitos e agente capaz de romper com as formas de violação e opressão vigentes em nossa sociedade. Trata-se de uma educação que revela, respeita e convive com os direitos humanos em suas diferenças e diversidades, sejam elas culturais, étnicas, raciais, de gênero, sexualidade, nacionalidade, entre outras.

Por essa razão, compreendemos que o saber e o fazer docente, enquanto prática educativa, referem-se à concretização de processos educacionais que considerem o espectro social, com a finalidade de promover processos de formação. Fundamentam-se no princípio da relação indissociável entre educação e conscientização, na qual todo aprendizado está associado à tomada de consciência das situações reais vividas.

Nessa vertente, é relevante considerarmos as práticas educativas como dialógicas,

conectadas à história de vida para e com as pessoas, valorizando suas localidades enquanto expressão de sua identidade, percebendo seus sentimentos e emoções, e direcionando-se a pessoas em variadas situações de opressão e vulnerabilidade. Aqui, estabelece-se o elo entre culturas e práticas educativas na perspectiva da educação popular, reconhecendo os diferentes saberes como matéria-prima para o processo de ensino-aprendizagem, com a capacidade de provocar transformações significativas em determinadas realidades e, conseqüentemente, nas pessoas, conforme defendem Brandão e Assumpção (2009).

Com relação aos momentos formativos que vêm emergindo ao longo do desenvolvimento do projeto, nossa percepção é a de que eles estão sendo construídos nos espaços de imersão e interação, os quais se desdobram a partir da problematização das realidades desse cotidiano escolar que se apresenta. Fortalecendo-se em redes, esses são processos transformadores que vêm se alicerçando em outra episteme, uma vez que suspendem algumas certezas e abandonam perspectivas restritas à cooperação e à colaboração. Permitem, assim, a construção coletiva de vínculos de confiança e credibilidade, reconhecendo e criando com o outro.

De igual modo, o projeto de intervenção até aqui narrado apresenta alguns resultados preliminares nesse sentido, já identificados e demonstrados nos momentos de interação destacados ao longo deste relato de experiência. Isso porque a vivência desses espaços de partilhas de conhecimentos e experiências vem se concretizando por meio da troca de saberes conjuntos, colaborativos e solidários, em torno das dimensões expostas neste processo formativo em construção. À vista disso, trata-se de um ensaio-experimentação na construção de conhecimentos de forma genuína e colaborativa.

Para tanto, a pretensão é que o trabalho continue, conjunta e solidariamente, para o alargamento de nossas consciências, provocando a reflexão crítica da realidade assistida para tomadas de decisões intencionais em direção à mudança de paradigmas. A perspectiva é a de educar e educar-se com o outro, sendo esse outro, de fato, o outro, ou seja, não à minha semelhança, mas em sua diferença e diversidade.

Desse modo, seguimos em busca de novos caminhos, com o intuito de mudarmos o percurso até então percorrido, em direção ao avanço de uma consciência coletiva que inaugure um propósito para a formação continuada de profissionais da educação, onde a base para a transformação esteja sustentada na formação pela coletividade.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R.; ASSUMPÇÃO, R. **Cultura rebelde**: escritos sobre a educação popular ontem e agora. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 14. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1967.

FREIRE, P. **Educação e mudança**. 12. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1979.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática docente. 33. ed. São Paulo: Paz & Terra, 1996.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 48. ed. São Paulo: Cortez, 2021.

UNESCO. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. **Programa mundial para Educação em Direitos Humanos**: segunda fase, plano de ação. Brasília, DF, 2012. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000217350_por. Acesso em: 10 fev. 2024.